



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE O AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Clarice do Carmo Santos Souza¹
Déborah Martins Soares²
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha³
Sabrina Dias Fonseca Lima⁴
Noêmia de Fátima Silva Lopes⁵

Resumo: O trabalho se configura como atividade vital exclusivamente humana. Mas, no capitalismo as relações sociais são reduzidas às relações econômicas. O Serviço Social atua nas contradições produzidas pelo sistema capitalista e diante do conservadorismo. Urge a unidade junto às lutas e resistências da classe trabalhadora e do compromisso com o projeto ético político rumo à superação da ordem vigente.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Conservadorismo.

Abstract: Work is configured as an exclusively human vital activity. But in capitalism social relations are reduced economic relations. Social Service acts in the contradictions produced by the capitalist system and in the face of conservatism. The unity with the struggles and resistances of the working class and the commitment to the political ethical project towards the overcoming of the prevailing order is urgent.

Keywords: Work; Social Work; Conservatism.

Introdução

Segundo Marx (2007), o trabalho se configura como atividade vital exclusivamente humana, pois o homem⁶ é um ser de projetos, capaz de pré idealizar os produtos dos quais precisa para a transformação da natureza antes mesmo de concretizá-los através dos processos de trabalho. Por meio da sua capacidade física e intelectual, o ser humano mediatiza suas relações com a natureza para a satisfação de suas necessidades,

¹ Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Montes Claros, E-mail: nfslopes@yahoo.com.br.

² Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Montes Claros, E-mail: nfslopes@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Montes Claros, E-mail: nfslopes@yahoo.com.br.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Estadual de Montes Claros, E-mail: nfslopes@yahoo.com.br.

⁵ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual de Montes Claros, E-mail: nfslopes@yahoo.com.br.

⁶ Homem neste estudo foi apropriado no sentido de humanidade, ser social, genericamente o indivíduo da espécie humana independentemente de sexo.

modificando a matéria natural, alterando a sua forma e a adaptando a uma finalidade distinta.

O primeiro ato histórico do ser humano segundo Marx (2007) é a produção dos meios necessários para satisfação da sua existência e ao se produzir socialmente através da mediação⁷ do trabalho além de um ser histórico, o homem tornou-se também um ser social. Ao transformar a natureza pelo seu trabalho, o homem também se transforma, pois, pelo trabalho tem a criação constante de algo novo. O trabalho gera novas necessidades, novas possibilidades e conseqüentemente novas habilidades, as quais dão origens a novas relações sociais.

No entanto, na sociabilidade capitalista, o trabalho converteu-se em uma forma de desumanização, deixando de ser uma realização humana no sentido ontológico, transformando-se em trabalho reificado, subjugado ao capital, que separa o homem, os instrumentos de produção e o produto do trabalho. A essência do modo de produção capitalista decorre da redução do que é humano em simples mercadoria, cuja finalidade é produzir lucro como nos mostra Marx (2017) em seu livro “O capital”.

Nesse contexto do capitalismo, descrito por Marx (2017), as relações sociais são reduzidas às relações econômicas, o trabalho passa a ser mediado por contratos estabelecidos entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores, que para garantir a sua subsistência vendem a sua força, sua potência de trabalho, ao capitalista. A ação transformadora do trabalho que constrói a existência do ser social tornar-se fonte de estranhamento⁸ e de não realização dos homens e mulheres que trabalham.

Iamamoto (2012) no seu esforço de desvelar o significado social da profissão, defende a apreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e participe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Segundo a autora, a literatura profissional brasileira (décadas de 80 a 2000), centrou-se na particularidade do Serviço Social enquanto trabalho concreto, ou seja, “de qualidade determinada, que satisfaz necessidades sociais”.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada na sociedade, como uma profissão liberal dispendo de relativa autonomia na condução do exercício profissional, entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada a diferentes empregadores. O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações estabelecidas com os sujeitos que o contratam.

A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e determinações sociais que

⁷ Pontes, Reinaldo Nobre. Mediação e serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 8ª edição. S. Paulo: Cortez, 2016.

⁸ O processo de estranhamento que é apresentado como alienação por Marx (2007), o trabalhador/a não se reconhece no resultado final do seu trabalho.

afetam a coletividade dos trabalhadores. O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias e segmentos populares, que são atravessadas por determinações de classes. De acordo com lamamoto (2012), as marcas de origem da profissão estão situadas no bojo do reformismo conservador no Brasil, estas, renovam e preservam seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução da profissão.

A partir desta perspectiva e pesquisa teórica, o estudo propõe analisar o trabalho do Serviço Social frente aos desafios impostos pelo conservadorismo. Compreendendo que a todo o momento na atual conjuntura, há um esforço de retomada das ideias da gênese da profissão, do imediato e de uma permanência no campo da singularidade.

Diante deste contexto, verifica-se a relevância do aprofundamento deste debate na formação profissional e nos mais diversos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social. Verifica-se uma dificuldade/crise de identidade/unidade, fortalecidos por diversos e diferentes equívocos sobre o trabalho, suas competência e habilidades, do seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, os quais devem ser desempenhados por esta profissão.

A partir desta análise pergunta-se: o que tem impedido a ruptura com as ideias e práticas conservadoras no trabalho do Serviço Social contemporâneo?

Serviço Social: uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho

Compreende-se que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atuando nas contradições produzidas pelo sistema capitalista. Segundo lamamoto (2012), a profissão tem como objeto de trabalho a questão social⁹ e suas expressões, produzidas pelo sistema burguês. Além disso, entende-se que este profissional se insere no processo de reprodução das relações sociais.

O surgimento do Serviço Social brasileiro na década de 1930 ocorre, pois, a classe burguesa juntamente com o Estado e a Igreja Católica vê a necessidade de atuar nas mazelas da população para evitar revolta, tendo como referência o Serviço Social europeu. Nesta época a acumulação capitalista não era mais exclusivamente através das atividades agrárias e de exportação, começa a se investir em indústrias e abrir as fronteiras para o mercado internacional, e também, entre 1917 e 1921 as lutas proletárias por sobrevivência, liberdade e trabalho começaram a se intensificar e ganhar mais força (MARTINELLI, 2011).

Sendo assim, foi necessário uma refuncionalização do estado, Segundo Yazbek (2009) a partir de 1930 com a nova república o Estado começa a buscar uma harmonia social, utilizando de estratégias para diminuir a tensão entre as classes sociais, através de

⁹ Questão Social compreendida como o produto da relação entre capital e trabalho, ou seja, o resultado da contradição gerada por este processo.

medidas como: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo entre outras estratégias, utilizadas pelo o governo de forma controladora, assistencialista e paternalista. O governo Vargas torna-se um Estado interventor e entende que a questão social é um problema administrativo, passando a desenvolver políticas para o seu enfrentamento, com o intuito de desmobilizar a classe trabalhadora.

De acordo com Yazbek (2009) a Igreja terá um papel fundamental na formação das primeiras assistentes sociais, ela é responsável pelo ideário, pelas matérias e pelo processo de formação. Sendo assim, em 1932 em São Paulo foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que tinha como objetivo o treinamento de agentes para a realização da prática social. A autora relata que o Centro surgiu a partir de um curso intensivo de “formação social para moças”, que foi planejado pelas Cônegas de Santo Agostinho de abril a maio de 1932. Sobre o curso Martinelli (2011) relata que

foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi construída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a família burguesa paulista (MARTINELLI, 2011, p.123).

Em 15 de fevereiro de 1936 com a ajuda do CEAS, criou-se a primeira escola de Serviço Social no Brasil, Yasbek (2009) relata que nesta época a questão social era vista pelo viés da Igreja, ou seja, com um cunho moralista, de culpabilização do indivíduo, conservador, individualista, psicologizante entre outros. Ademais, a autora explica que a formação se embasava na teoria tomista e neotomista¹⁰, então tinha um ideal humanista-conservador que era contra o marxismo e o ideário neoliberal. No Rio de Janeiro, em 1937 a segunda escola de Serviço Social do país, que só se tornou realidade pelo apoio do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima, com cursos de formação e atividades ligadas à doutrina social da igreja.

Vale ressaltar que durante o governo Vargas o campo de atuação profissional aumentou, pois as reivindicações da classe trabalhadora eram grandes, criaram-se várias políticas públicas higienistas, alienadoras, paternalistas e fragmentadas. Ademais com a aliança do governo com os Estados Unidos, muitos cursos sofreram influência dos norte-americanos na sua formação, inclusive o Serviço Social, trazendo uma mudança no perfil dos profissionais, começando a inserir pessoas que não tinham como intuito somente a realização pessoal de ajudar os mais pobres, mas queriam uma profissão remunerada, além disso, traz também uma burocratização do serviço e a defesa de um conservadorismo burguês, oferecendo políticas de “bem estar”.

¹⁰ O neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino no século XIII, que possui os princípios de dignidade da pessoa humana e do bem-comum (AGUIAR, 2011, p.55,56).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956 à 1961) o Serviço Social se alia com uma postura desenvolvimentista. Juscelino tinha um clima favorável para governar, todas as classes o apoiavam, ele incentivou o capital nacional e estrangeiro, investiu em transporte e energia e construiu Brasília.

Além disso, segundo Aguiar (2011), Juscelino via a pobreza como um risco, uma ameaça para a sociedade e a única forma de eliminá-la era através do desenvolvimento e da ajuda do capital estrangeiro, e também, nos seus discursos ele trazia o viés de ordem e transformação, no sentido de fazer o desenvolvimento acontecer dentro desta ordem, ou seja, sem alterar o sistema vigente, fazendo somente algumas transformações para a sua melhoria.

Através do autor Aguiar (2011), percebe-se que o Serviço Social confia na postura do Juscelino (que também é cristão), e é nessa época que surgem os primeiros escritores sobre desenvolvimento de comunidade, que no geral tinham como embasamento teórico o positivismo, os quais não apresentavam as contradições da sociedade, mas sim como cada comunidade poderia resolver seus problemas sem entender a lógica do capital. Os assistentes sociais desenvolviam programas para melhorar a vida local e colocavam os usuários como transformadores da sua própria história, buscando uma “harmonia e equilíbrio”, integrando a classe trabalhadora no desenvolvimento da sua comunidade para o progresso do país.

Após Juscelino Kubitschek, o governo de Jânio Quadros deu continuidade ao desenvolvimentismo a partir de uma postura neoliberal, mas Jânio renunciou em 1961 e o seu vice João Goulart assumiu. Goulart não tinha a confiança dos militares da direita brasileira e dos Estados Unidos, ele era apontado como comunista, por defender medidas como a Reforma Agrária (AGUIAR, 2011).

Deste modo, em 1964 ocorre o golpe militar, o período de ditadura militar, onde o estado se estruturou para a manutenção e continuidade do padrão de acumulação, com uma funcionalidade econômica e política, modernização e conservadora. Foi um período de repressão, censuras e torturas, porém, foi no meio deste contexto de autoritarismo que o Serviço Social começa a repensar a profissão.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, Segundo Netto (2002), tem alguns elementos importantes para este processo, o primeiro é o contato do Serviço Social com outras profissões nas equipes multidisciplinares e com grupos da população politicamente organizados; o segundo se dá com o desgarramento do Serviço Social com a Igreja católica. Neste momento a responsabilidade de formação não é mais da Igreja e o Serviço Social ao longo dos anos deixou de ser somente caridade e passou a ser uma profissão contratada também pelo Estado; o terceiro é o seu ingresso nas universidades,

onde os estudantes tiveram contato com outras ciências e com movimentos estudantis; o quarto é o referencial teórico das ciências sociais da época que vinha dando espaço para uma dimensão crítica e nacional-popular.

Necessitou-se discutir a profissão, então, entre 1967 e 1984, realizou-se seminários de teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e BH, nestes seminários foram questionados se o Serviço Social era ciência e o seu objeto de trabalho, discutiu formulou e sistematizou como deveria ser a atuação profissional, entre outras questões. Porém, os profissionais não concordavam em suas discussões, pois, haviam perspectivas em constantes disputa (NETTO, 2002).

Foi a perspectiva modernizadora, que se embasava na teoria positivista e funcionalista, que não queria a superação do modo de produção capitalista, mas sim sua reformulação, tinha uma postura desenvolvimentista e de ajustamento dos indivíduos. Em Sumaré a perspectiva de reatualização do conservadorismo ganhou maior voz, ela propunha retornar para a base tradicional da profissão (com ações paliativas, endógenas, de ajustamento e coerção), não muito diferente no Alto da Boa Vista. Mas foi em Belo Horizonte na Escola de Serviço Social da PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais onde surgiu o chamado método BH que participou e influenciou o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, numa perspectiva com um viés marxista (NETTO, 2002).

Essas discussões das décadas de 1960,1970 e 1980 não romperam totalmente com o conservadorismo na profissão, mas provocou nos assistentes sociais a necessidade de pensar o papel do Serviço Social e como ele devia se posicionar fortalecendo o movimento chamado de intenção de ruptura com o conservadorismo, movimento que é influenciado pela conjuntura política da época, surge e ganha forças também no interior da profissão do Serviço Social no Brasil.

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma luta para alcançar novas bases de legalidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições presentes nas condições do exercício profissional, se coloca a serviço dos interesses dos usuários. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de força entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO. 2002. p. 37).

A partir deste movimento a profissão do Serviço Social assume um novo rumo e constrói coletivamente uma direção política, teórica e ética que nega o conservadorismo histórico, defendido pela vertente ligada ao pensamento conservador, que desde a sua gênese prevaleceu e norteou sua prática no Brasil.

Em 1979 é realizado o Congresso dos Assistentes Sociais Brasileiros e a direção do congresso é assumida pelos profissionais que defendiam uma perspectiva crítica para o

Serviço Social, uma profissão que de fato estivesse ao lado dos anseios da classe mais empobrecida. Chamado de Congresso da Virada, traz novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Defendem e denunciam o conservadorismo que fazia do Serviço Social uma profissão que servia simplesmente aos interesses do capitalismo (CFESS, 2009).

A partir deste momento o Serviço Social começa a se posicionar diante das contradições geradas pelo capitalismo e coletivamente começa a construir no interior da profissão mudanças necessárias no ethos profissional, frente as relações sociais de trabalho. A elaboração de um novo código de ética em 1986 torna-se um divisor de águas entre o Serviço Social conservador e o Serviço Social crítico. Já em 1993, a sua reformulação demonstra a maturidade profissional e uma posição clara ao lado da classe trabalhadora e dos seus principais interesses.

Os códigos de ética do Serviço Social de 1947, 1965 e 1975 eram códigos apenas normativos e até punitivos aos profissionais, acentuando a herança conservadora existente deste a gênese da profissão. Os códigos de 1986 e 1993 rompem com este ethos conservador, influenciados pela apropriação teórica marxista, fortalece o projeto ético político do Serviço Social (BARROCO E TERRA, 2012).

No código de ética encontram-se a explicitação do seu significado histórico, sua visão ética, seus valores e finalidades. Possuem também onze princípios fundamentais, prescrições formadas por valores éticos e políticos e por suas formas de viabilização. Princípios referem-se a valores essenciais, fundantes de outros valores presentes no código de ética. A emancipação é o valor humano genérico mais central do código de ética, sinalizando sua finalidade ético-política e genérica. Os demais princípios essenciais a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são valores e formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO E TERRA, 2012).

Em 1993 também é aprovada a Lei (nº 8.662/93) que Regulamenta a Profissão do Serviço Social. A partir desse momento, aprofunda-se mais ainda o arcabouço teórico-metodológico e ético-político. Essa posição ético-política refletia uma nova direção da categoria profissional, que vinha dos movimentos sociais, da luta sindical e de uma formação marxista nas universidades. Este processo sócio histórico fez e faz parte da construção do projeto ético-político profissional, o qual requer um conjunto de mediações que articulem a luta por um projeto societário anticapitalista com estratégias de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade. O Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, além dos movimentos sociais, encontros, seminários, congressos dão o tom da ação dos sujeitos na luta coletiva (CFESS, 2009).

Desafios para o serviço social em tempos de avanço do conservadorismo

Na contemporaneidade há uma tensão entre projeto profissional, o qual afirma que o assistente social é um ser prático, dotado de liberdade, que possui capacidade de buscar projeções e de buscar implementá-las na vida social e a condição própria de trabalhador assalariado, de condições de trabalho precarizadas e com baixa remuneração (Iamamoto, 2005).

Dentre os inúmeros desafios do trabalho do Serviço Social encontra-se no cotidiano profissional o de romper com as categorias presentes nas leituras do trabalho do assistente social. Muitas vezes com vieses fatalistas e messiânicos, perspectivas que contribuem para o não envolvimento e participação de ações coletivas, que permitam de fato trazer para o centro do debate o exercício e o trabalho cotidiano, como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área (IAMAMOTO, 2005).

Nos dias atuais, observa-se um momento histórico do fortalecimento da ideologia conservadora, inclusive no Brasil, o que impacta diretamente no serviço social; profissão que possui como objeto de trabalho as expressões da questão social que emana da relação entre capital e trabalho. O conservadorismo vem reafirmar o caráter da gênese da profissão: a caridade, a filantropia, a amenização de conflitos, dentre outros.

Segundo Iamamoto (2013), o conservadorismo é um pensamento que está diretamente ligado ao modo de vida passado e este pensamento é posto para que se interprete o modo de vida presente, de forma que a sociedade capitalista se beneficie. Assim ela compreende que

Os conservadores são assim “profetas do passado”. Recorrendo a categorias típicas do racionalismo capitalista, labora-se a exaltação deliberada de formas de vida que já foram historicamente dominantes e que passam a ser considerados variados para a organização da sociedade atual [...] (IAMAMOTO, 2013, p.25).

O pensamento conservador tem uma forte ligação com a igreja católica e esse pensamento conservador foi um traço marcante para o Serviço Social europeu, o qual influenciou diretamente no serviço social brasileiro (MARTINELLI, 2011).

Barroco (2010) afirma que o conservadorismo se mostra de forma contraditória, o que a autora considera ser uma negação da própria ética, quando sua mentalidade oculta um posicionamento de valor, quando a ética propõe assumi-la.

Podemos constatar que, em 1975, o código de ética não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas, o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura consolidada a partir de 1968 (BARROCO, 2010, p.129-130).

Na década de 1960, em meio a ditadura, iniciou-se o processo de ruptura com o conservadorismo do Serviço Social brasileiro. Como já mencionado com marco do Congresso da Virada, em 1979, a profissão se posicionou de forma crítica, com base na

teoria social crítica de Marx e assumiu o compromisso ético político na defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora.

Netto (2011) denomina esse processo como "intenção de ruptura", pois o conservadorismo não foi extinto da profissão. Dessa forma, há tanto profissionais críticos, que visam um projeto societário transformador, quanto profissionais que se posicionam em um projeto conservador. A partir dessa retomada histórica, pode-se compreender que o conservadorismo é uma forma de pensar e agir que resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica e cultural. Assim, propõe-se manter e preservar uma dada ordem social.

O conservadorismo está ligado diretamente a preservação do sistema capitalista e suas bases, como característica observa-se o fortalecimento da extrema direita. Constatam-se uma centralização e concentração de capitais cada vez maiores, o que resulta na crescente desigualdade social, com o desemprego, o pauperismo, a privatização de estatais, a mercantilização de serviços essenciais como a saúde, educação, trabalho, previdência.

O objetivo do projeto dominante é o Estado mínimo, a opressão da classe trabalhadora, o reforço da meritocracia, a responsabilidade dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso. A regressão dos direitos sociais. Esse sistema opera também sobre o individualismo e a concorrência entre os trabalhadores. Onde se busca a acumulação de riqueza e a manutenção do seu poder.

Conforme Yamamoto (2015), essas novas configurações da questão social na contemporaneidade, são expressas na banalização do ser humano, na coisificação dos trabalhadores, na reificação das relações sociais e no processo de alienação. O papel do conservadorismo nessa dinâmica é a crescente adesão de indivíduos a movimentos neonazistas, a criminalização de movimentos sociais, dentre outros, os quais revelam o caminho do retrocesso.

Observa-se um crescimento do pensamento conservador, reforça-se e retoma-se ideias de intolerância, autoritarismo e imposição da força e da violência no controle do Estado. Assiste-se na atual conjuntura política brasileira as diversas tentativas de contrarreformas do Estado, a conjuntura amplia e intensifica os desafios para o Serviço Social contemporâneo, consequentemente à toda classe que vive do trabalho. Para aqueles que sequer têm trabalho e estão dentre os mais de cinco milhões de desempregados no país, sofrem uma violência qualificada através da fome, da falta de moradia, educação, saúde, falta de dignidade e cidadania.

Por conseguinte, é perceptível as inúmeras consequências danosas do conservadorismo no âmbito da sociedade e no Serviço Social. Dessa maneira, o atual contexto requer do assistente social o distanciamento da neutralidade e um conhecimento amplo político, social e econômico. É necessário que os profissionais juntamente com os

trabalhadores busquem construir a consciência de classe como forma de resistência e superação do atual modo de produção.

A fim de que isso ocorra, é preciso resistir às estratégias advindas do capitalismo, para que assim, não haja manutenção e reprodução do conservadorismo. É indispensável um posicionamento crítico, que esteja firmado nos princípios do projeto ético político da profissão. É imprescindível ainda, conforme Netto (2011), através da dialética, rever e questionar a realidade, buscando alcançar essência da mesma. Assim, é fundamental ir além do que está determinado pelo conservadorismo e conseqüentemente pelo capitalismo na busca por ruptura.

Considerações finais

A todo o momento a classe trabalhadora vem sendo surpreendida com inúmeros retrocessos: sociais, políticos e econômicos principalmente. Contudo, retrocessos para a classe trabalhadora e avanços para a burguesia, dona dos meios de produção. Esse avanço vem sendo construído e potencializado a partir de políticas neoliberais, da financeirização e apoio de capital estrangeiro, da privatização das estatais, das contrarreformas do estado, do estado mínimo e da retração dos direitos sociais.

A partir desta realidade, a profissão do Serviço Social enfrenta desafios ainda maiores, pois, atua exatamente na contradição desta relação entre capital e trabalho, cheia de conflitos e expressões do que é imediato, singular, individual, aparente, alienado. Com isso, se distancia do seu projeto coletivo, se aproxima de um cotidiano alienado e alienador, reforça ideias fatalistas e messiânicas, incapazes de criar estratégias de superação.

A realidade social complexa urge unidade da categoria, superação deste “lugar” através da participação nos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades da profissão. Deste modo, coletivamente poderão ser criadas alternativas de ruptura e superação com a ordem determinada. Pois, esta tem buscado eliminar as possibilidades de enfrentamento e resistência da classe trabalhadora, a qual somos e pertencemos.

Compreende-se que as ideias conservadoras estão muito para além da profissão do Serviço Social, com isso, apenas reforça a necessidade de unidade da categoria junto às lutas e resistências da classe trabalhadora, desde a formação de qualidade, ao trabalho responsável e coerente com os compromissos assumidos com o projeto ético político rumo a superação da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2010.

BARROCO; Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/sem30anosdaviradacfesssite.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pos-64**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8ª edição. S. Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado socio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissional**. Brasília: CEFESS e ABEPSS, 2009.